

avancaram – mas o que houver de excesso de arrecadação ficará exclusivamente conosco, que é para entrarmos na nossa capacidade de contrapartida, que é fundamental. **Sr. Fernando Chucré** – O FMSAI chegou a destinar mais de 90% dos recursos para habitação. Este ano e no ano passado, que já vínhamos de um processo anterior, há 40% para habitação, 40%, 42%. Então, o que negociando: se trava em valor histórico o de 2017. A tese é congelar valores históricos e o crescimento de receita ano a ano seria integrado na habitação de forma que, ao longo de cinco, dez anos, recuperemos a posição de 80%, 90% dos recursos para habitação. Essa é a tese que sempre depende de acordos políticos, mas estamos batalhando nessa linha. Só uma coisa para não deixar passar, Luciana, a PPP não é a base da produção desta gestão. A PPP é uma ferramenta auxiliar dos programas que continuamos investindo bastante. A maior parte de nossa energia e dos recursos estão no Minha Casa Minha Vida e outros programas. Os senhores já conhecem e não vou ficar aqui listando. É uma linha auxiliar da nossa produção. Tanto que nossa meta tem 15% ou 20% só das nossas unidades que esperamos viabilizar com PPP. Não é de maneira alguma o carro chefe. É mais uma forma de produzir habitação de interesse social. **Sra. Nilda** Secretário, Edson, estamos falando aqui de orçamento e muito nos preocupa a questão, hoje estamos em uma frente de entidades, quando estamos discutindo a questão do orçamento mesmo público, a questão dos recursos dos fundos, FUNDURB, Fundo Municipal de Habitação, e muito nos preocupa essa lei de zoneamento, que participamos no Sesc Santo Amaro, da audiência pública. Não sei se houve uma pessoa que mais ou menos foi defender uma questão dela. Mas houve uma participação muito grande da sociedade civil, dos movimentos, contra essa revisão da lei de zoneamento porque estamos falando aqui por exemplo em recursos do Fundo e essa lei que está em revisão, a lei de zoneamento, retira dinheiro do FUNDURB. E estamos falando ali do pouco recurso que temos. Então, é uma questão que o Conselho precisa participar mais. Acho que dia 21 vai ser a última audiência pública que vai acontecer. Participamos ontem em Santo Amaro, que foi a da Zona Sul. E estamos tentando dialogar com a prefeitura. Acho que o Chucré está tendo esse diálogo muito aberto com os movimentos. Poderia ser o nosso canal de diálogo com o prefeito. Porque acreditamos que essa revisão não é boa para nós, não é boa para os movimentos, não é boa para a habitação. E sabemos de sua opinião, Chucré. Inclusive, foi elogiada nos movimentos a questão de ter um secretário que se preocupa com a habitação e não com o setor imobiliário e outras questões, que também não queremos complicar o Chucré por saber que ele tem esse compromisso com a habitação. E nos preocupamos, estamos fazendo movimento, para conseguir conversar com a secretária, tentar fazer um processo com mais debate, para podermos entrar em um consenso. Não aceitamos a retirada do recurso do FUNDURB. São R\$150 milhões que vão deixar de vir para o FUNDURB. Não são recursos que serão investidos em regularização, na melhoria dos bairros. São recursos que não vão vir para compra de terrenos. Acho que no Conselho Municipal de Habitação temos a obrigação de colocar para os conselheiros a situação e chamar para esse debate que já está aberto, por parte da secretária. Aqui, no Conselho, não fizemos o debate da lei de zoneamento. Como vai haver uma última audiência no dia 28 agora e nós dentro do Conselho ainda não debatemos? Se somos o Conselho Municipal de Habitação, debatemos e deliberamos a política de habitação, como não podemos dar opinião dentro do Conselho sobre a lei de zoneamento? É uma questão preocupante para nós e queria dizer que nós, do MUHAB, os outros conselheiros aqui, temos muito respeito pelo Chucré, pelo Edson, que têm sido grandes parceiros dos movimentos. A Verônica colocou essa questão e têm priorizado os terrenos de chamamento. Ahamos que foi uma briga, uma luta, que fizemos. É importante priorizar. Mas ficamos preocupados com a questão da produção habitacional. Ficamos preocupados com como vamos conseguir a aquisição de novos terrenos, a produção habitacional, com essa revisão que está sendo feita. E uma questão mais grave: a flexibilização que está havendo com o setor imobiliário, trazendo os espigões. E não deixar desrespeitar a questão da outorga onerosa. É um debate muito maior que não dá para fazermos aqui. Acho que teria que trazer ao Conselho, para fazermos esse debate. E já queria deixar registrado que queríamos muito de poder contar com seu apoio, Chucré, para fazer esse debate com a Secretária de Licenciamento, para debater com os movimentos, porque a via que alguns movimentos estão propondo, via judicial, barrar processo, eu acho que não é por aí. Não queremos barrar o processo. Queremos mais diálogo, mais debate, e algumas questões que consigamos colocar e não prejudicar a produção de habitação social para a cidade, já que o Chucré tem feito um trabalho tão bacana aqui e não queremos que haja essa contradição. Só isso. **Sr. Fernando Chucré** – Nilda, eu, o Edson, a Secretária de Habitação, a COHAB, institucionalmente, fizemos uma nota técnica colocando o nosso descontentamento e não só com a questão do FUNDURB. São questões relativas a ZEIS. Está sendo feito, em nosso entendimento, flexibilização de ZEIS e outras questões relacionadas, que não vou detalhar agora, que discordamos integralmente. Mas já formalizamos a posição de SEHAB e COHAB com relação a isso. E o Edson está dizendo aqui que uma manifestação do Conselho fortalece a nossa posição de que somos contra, sim, a proposta que está sendo feita de alteração de zoneamento, em praticamente todos os quesitos que afetam a habitação de interesse social, tanto com relação a zoneamento, licenciamento, quanto com relação aos recursos para habitação. Já nos manifestamos por escrito. Já fizemos um documento técnico por escrito que posso depois mandar entregar para todos os membros do Conselho. Para terem uma ideia do nível de descontentamento com a proposta feita sem consultar SEHAB. Não fomos consultados. Isso foi iniciativa de uma secretária de forma isolada e já nos manifestamos contrariamente. Só para eu dar ciência aos senhores a respeito dessa questão. **Sr. Edson** - A nossa manifestação, dentro do governo, foi feita. Sob o ponto de vista institucional externo agora, que é um debate externo, seria muito importante ter um posicionamento do Conselho como Conselho. Isso dá muito mais força no debate e não fica uma posição ou individual, ou do secretário e minha, ou de SEHAB ou de COHAB, que essa já fizemos. Uma manifestação institucional do Conselho passa um peso para fora, para a sociedade, extremamente importante. E acho que o ideal é que os senhores tomem a iniciativa. Que o Conselho, enquanto instituição, faça isso. **Sra. Luciana** - A USP também está subscrevendo um manifesto "São Paulo não está à venda". Mais de 135 entidades assinaram. E esse manifesto também podemos disponibilizar para os outros conselheiros. A primeira parte da nossa reunião de hoje era sobre recursos do FUNDURB. Então, se podemos deliberar para onde vão os recursos do FUNDURB, também iríamos poder deliberar sobre as alterações relativas ao dinheiro que entra ou deixa de entrar no FUNDURB. Então, acho que nisso estamos de acordo. Os conselheiros aqui presentes estão de acordo que a revisão da lei de zoneamento não retira dinheiro que já existe, mas impede que novos recursos adentrem no FUNDURB, diminuindo a capacidade de investimento. Por isso, é uma revisão que nos posicionamos, eu, a USP, a FAUSP, contrários a isso. Queria falar de duas outras questões anteriores. É óbvio que é difícil, mas apareceu aí R\$1,8 milhão de recursos do Fundo que vão ser utilizados para pagamentos de impostos federais, se não me engano, PIS, COFINS, etc. Nas negociações que os senhores estão tendo no Ministério poderiam colocar que uma das conselheiras também solicita isenção para fundos de secretarias finalísticas como a nossa, de habitação; R\$1,7 milhão de imposto sendo pago pelo Fundo não faz o menor sentido. **Sr. Fernando Chucré** – Boa tese essa. **Sra. Luciana** - E não quero que o presidente da COHAB e nem os funcionários me odeiem, mas dos R\$48 milhões, R\$15 milhões são recursos pagos à COHAB. Isso é uma taxa de remuneração que excede 30% do valor total do investimento anual. Isso é muito alto. É o que justifica, na verdade, uma solicitação maior de recursos para investimento. Estou fazendo a conta e entendendo que temos um custeio da própria COHAB que é mais de 30% do valor do investimento que ela utiliza. Isso é muito alto. É só um manifesto da preocupação com esse percentual. **Sr. Edson** - Há um debate nacional que se arrasta. As empresas federais são isentas de PIS, COFINS. E as áreas sociais de habitação, saneamento, por exemplo, que se pleiteia há muito tempo, não são. Então, a discussão começa exatamente para que se faça com que as empresas estaduais e municipais se beneficiem da mesma regra que as empresas federais têm em relação a esses impostos, o que desoneraria enormemente as empresas e criaria uma capacidade adicional de investimento importantíssima. **Sr. Fernando Chucré** – Com relação ao Item 3, os que estiverem de acordo permanecem como estão. Aprovado o Item 3. Queria aproveitar a oportunidade para informar aos presentes que houve um convite para todos os membros do Conselho, na última segunda-feira, para conversarmos informalmente, no 26º andar. Do que se tratava o convite, basicamente? Foi na segunda-feira. Daqui, que eu me lembre, estava só a Mariza. Havia outras pessoas, mas os senhores, que são membros, não estavam. **Sra. Verônica** -Peço desculpas, mas eu tinha médico. **Sr. Fernando Chucré** – Era um convite, Verônica. Fique tranquila. Por que fizemos essa reunião? Dentre todos os modelos que fizemos, essas tentativas de diversificar o atendimento de COHAB e SEHAB, no final do ano passado, foi aprovada uma lei e já estávamos aguardando pela aprovação dela, que é a lei que permite, do Casa Paulista, e a lei tem um nome – inclusive, um nome anterior que utilizávamos, Casa Paulista – que basicamente autoriza o Poder Executivo a fazer subsídio direto no CPF para funcionários públicos adquirirem imóveis próprios. Essa lei foi discutida há um tempo atrás, foi e voltou. Mas posso passar aos senhores a cópia dessa lei. Mas já estávamos nos preparando no ano passado por questão de que, constatações simples, conversando com funcionários, que têm faixa salarial mais baixa, e ninguém tem casa na Secretaria de Habitação. Funcionários públicos têm as mesmas dificuldades que movimentos de moradia têm. Temos a maior parte dos funcionários públicos municipais em uma faixa salarial bastante baixa. Estou falando baixa no sentido de acessar financiamento na aquisição da casa própria. E essa lei, no ano passado, autorizou o município a fazer isso. Temos uma conta específica que trabalhamos, que não está no FMH, que é uma conta de recursos, que chamamos de aporte, basicamente para FDS e FAR e PAC vinculados. Entre a expectativa de contratação este ano mais o que foi negociado este ano, pelo menos tivemos três conversas com o ministro nesse sentido. Ele sabe já. Agora vamos assinar mais 2.126 do PAC; temos a expectativa de mais 1.035 também com obra do PAC; vai sair a lista do FDS agora, com um número muito importante de unidades para São Paulo, o que não quer dizer que vamos contratar todas e não por falta de recursos de aporte. Estamos preparados para fazer o aporte dessas unidades. O que está acontecendo? Dos FDSs que serão selecionados agora para contratação, a avaliação nossa junto com a Caixa e a Caixa está chamando movimento por movimento para validar essa contratação, é que temos condição, arredondando o número, de contratar alguma coisa entre 3.000 e 3.500 unidades nas regras que o Ministério está estabelecendo na portaria. Qual é principal regra que faça com que façamos essa avaliação? De que o prazo para contratação é curto. São sessenta dias mais trinta, segundo a nova portaria. Então, empreendimentos que não estejam muito avançados, sob o ponto de vista de projeto, de licenciamento, de regularização fundiária, de retificação desses terrenos, não teremos condições de contratar nesse tempo. E aí a tese do ministro, e entendo e fomos lá várias vezes discutir com ele essa questão, é que a tese dele tem a seguinte lógica: nas outras seleções, se seleciona o empreendimento, em detrimento de outros, aquele empreendimento não consegue ser contratado e fica lá, pedindo prazo de prorrogação e o dinheiro está parado, na conta do Ministério, aguardando assinarmos contrato. Então, a tese dele é: deu o prazo, não contratou, cai e entra o próximo da lista. Faz um outro chamamento. Depois de noventa dias, se não contratou tantas unidades, sobram recursos em caixa, faz-se um novo chamamento e esse que caiu pode se cadastrar de novo e pode se reinscrever para o chamamento. Mas a tese dele tem a lógica para não sobrar centenas de milhões de recursos, pelo que vi na tabela que me mostraram lá de empreendimentos que tinham sido selecionados, todo mundo diz que vai contratar e não consegue contratar. Então, até concordo com a tese dele. Mas isso quer dizer que temos condições de contratar menos unidades por questões técnicas do que vamos ter selecionado. E vai haver o rechamamento do FAR também, que até fizemos uma discussão com eles de que a prefeitura pudesse participar, além da Caixa, que terá que fazer avaliação, empreendimento por empreendimento, a prefeitura também pudesse de certa maneira opinar no sentido de dizer: "Esse terreno, consigo contratar; esse outro, não consigo contratar em 90 dias, prefiro que os senhores soltem esse terreno no próximo chamamento porque não tem projeto, não está licenciado, ou tem algum problema de contaminação e não vou conseguir contratar em 90 dias". Estamos fazendo essa gestão com eles. Considerando isso, sem prejuízo às contratações, de FAR, FDS e PAC, vamos ter um saldo de recursos do chamamento. Então, vamos fazer agora, dia 17 e 18 de março, o primeiro feirão municipal para funcionários públicos municipais e, por isso queria falar com os senhores, porque nos interessa atender as famílias da nossa lista de Auxílio Aluguel. Vamos fazer um feirão e disponibilizar R\$20 milhões. De onde tiramos esse valor? O Estado fez isso duas vezes nos últimos anos. Fez um projeto parecido com esse. No último, feito em novembro do ano passado, conseguiram contratar R\$19 milhões para atender quase 900 famílias, entre servidores e pessoas vinculadas a outros programas habitacionais do Estado. Então, R\$20 milhões, tirar 900 famílias da nossa lista, considerando que muitos desses funcionários já estão na nossa lista de COHAB, de demanda, para nós, financeiramente, é muito vantajoso. Então, o que fizemos lá? Aporte no CPF. Não estamos aportando nem em construtora e nem em banco. Estamos aportando no CPF que é aquela operação que montamos agora para entrar no Faixa 1,5. Vai sair uma portaria, que montamos com o ministro agora, para entrar no Faixa 1,5. Vamos entrar no Faixa 1,5, que não tem recurso de FAR e FDS para financiar o município de São Paulo. Sempre há uma limitação. Então, vamos avançar no FGTS e é o mesmo princípio. No Minha Casa Minha Vida, já aporte R\$30 mil, R\$40 mil por unidade habitacional. Se juntar o dinheiro do Estado, na média, é por volta de R\$50 mil. Então, o que fizemos? Há um estudo que é inversamente proporcional. Quanto menor a renda, maior o aporte do município. Há uma tabela, cinco faixas. É um piloto e vamos ver como vai se comportar na prática. Vamos ver se conseguimos atender ao maior número de famílias possível. Vamos entrar, então, com esse subsídio de CPF para realizar a aquisição de imóvel, direto, só Faixa 1,5 e 2. Limitamos a renda familiar em R\$5,4 mil, se não me falha a memória. Mais de R\$5 mil, para garantir o atendimento nas faixas que atuamos fortemente, que é de cinco salários para baixo, com preferência para financiamento das faixas mais baixas. Então, vamos financiar imóveis de até R\$240 mil, que é o teto do Faixa 2, do Minha Casa Minha Vida, com preferência de financiamento para membros que estão na faixa mais baixa, Faixa 2 e 1,5, nos imóveis que estarão disponíveis no feirão. Vai ser no Anhembi, no Pavilhão Oeste, nos dias 17 e 18 de março. Portanto, estou colocando isso toda hora aqui, conversei lá atrás, conversei de novo e chamei essa reunião porque estou pegando dinheiro de outra fonte e vou passar esse dinheiro pelo Fundo Municipal porque a lei foi aprovada de uma maneira que é o Fundo Municipal o operador desse programa. **Sra. Luciana** - Não está no Plano de Investimentos. **Sr. Fernando Chucré** – Não está porque isso aconteceu agora. Aprovamos a

lei em dezembro. Já havíamos feito o Plano de Investimentos anteriormente, e não é recurso. Estou tendo adicionais a esse recurso; vou colocar R\$20 milhões no Fundo para essa finalidade específica, de fazer aporte conforme a lei autoriza no CPF para aquisição de imóveis de funcionários e lista de Auxílio Aluguel, sendo que o que me interessa muito é a lista de Auxílio Aluguel. A lei autoriza somente o aporte. Ontem tivemos uma reunião longa, inclusive, porque estamos tentando amarrar várias pontas que tínhamos dúvidas sob o ponto de vista estrutural e jurídico. Estamos consultando PGM, procuradorias e assessorias jurídicas da SEHAB e da COHAB. Mas, havia uma dúvida, queríamos saber se poderíamos colocar lista de COHAB. Os pareceres são contrários, de que não podemos colocar lista aberta de demanda. E aí, estendendo entre funcionário público e a lista de Auxílio Aluguel, o nosso argumento é que é muito mais justificável fazer um aporte na lista de Auxílio Aluguel do que inclusive os funcionários públicos sob o ponto de vista de política pública. Então, teríamos já que fazer um convencimento. Uso o seguinte argumento: a partir do momento que coloco uma pessoa no Auxílio Aluguel, com garantia de atendimento definitivo, e estou me referindo a esse público especificamente, o município em algum momento vai ter que dar moradia e, como não existe moradia de graça, vamos pagar. Ou a moradia inteira, se for pela produção própria, ou aportar subsídios em um dos programas que existem, federal, estadual, seja do convênio com o CDHU, que vai ter que aportar dinheiro, via COHAB, que é a operadora. Então, a tese, o que estamos defendendo, é: o Auxílio Moradia, com atendimento definitivo, é ponto prioritário para atendimento habitacional. Se eu arrumar outra maneira do município colocando o mesmo valor e aquela família conseguir adquirir o imóvel, e aí é pela linha, por exemplo, Faixa 1,5, por exemplo, a família vai lá e diz que só consegue pagar R\$200 de prestação, por exemplo. O financiamento vai passar pelo sistema da Caixa e a prestação vai ser de R\$500 e R\$500 ela não tem condições de pagar. Qual valor que o município tem que dar para o CPF daquela pessoa para ela poder comprar um imóvel e chegar a uma prestação de R\$200? É simples assim a conta, bem objetiva. Então, como não tínhamos como calcular caso a caso, vamos experimentar cinco faixas nesse feirão, que vão de R\$15 mil a R\$40 mil de aporte de subsídio. Vamos mandar o decreto para os senhores. Vamos colocar na pauta da nossa próxima reunião a questão da regulamentação da lei. Isso, estamos fazendo muito rapidamente, e peço desculpas aos senhores novamente. É pela questão de termos a oportunidade de testarmos o modelo agora. A minha pretensão é tentar implementar isso agora, o mais rápido possível. O Edson está trabalhando nisso há quatro, cinco meses, nessa questão do feirão. Então, vamos consultar e fazer isso formalmente, mas estou antecipando esse movimento para depois, quando aparecer aqui, ninguém dizer que estamos malucos ou que não sabem do que estamos falando. Isso, já vimos trabalhando, conversando há algum tempo com os senhores, com alguns especialmente, e estou dando um posicionamento de uma coisa que está correndo em paralelo e que vai estourar em algum momento aqui. Não vamos usar diretamente o dinheiro do Fundo, vamos pegar de outro aporte, mas vai passar pelo Fundo, porque a lei assim estabeleceu. Ok? **Sra. Mariza** - O senhor irá mandar quando para nós? **Sr. Fernando Chucré** – Estamos fechando hoje, Mariza. Passamos pela PGM a nossa proposta de regulamentação, um monte de coisas que fizemos, e queríamos passar para os senhores. Vamos dar andamento à parte formal, mas queríamos mostrar aos senhores a tese. E aí podemos ajustar, melhorar, aperfeiçoar esse documento, e vou fazer um pedido aos senhores pela questão de tempo: rodamos o primeiro e vemos o que deu certo e errado e ajustamos para o segundo, que deve ser no ano que vem, espero, no sentido de aperfeiçoar. Estamos usando a melhor referência que tivemos, que o Estado fez no primeiro ano. Quando foi feito o primeiro feirão deu muito problema na operação. Apareceram lá trinta mil pessoas e achávamos que iriam aparecer mil. Então, do primeiro ano para o segundo no Estado foi aperfeiçoado bastante o modelo. Partimos do que foi aperfeiçoado no Estado. Tentamos fazer muito parecido do que deu certo, aperfeiçoando o que não deu certo. O que não quer dizer que não possa dar alguma coisa errada aqui também. Então, vamos contar com a ajuda dos senhores nisso. Vamos divulgar isso, o material técnico que está sendo produzido aos senhores, para contribuições. Obrigado a todos. Encerrada a reunião. (Encerra-se a reunião)

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
EXTRATO DAS DELIBERAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO NA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CMH – 6ª GESTÃO- 2016/2018
Data: 24/4/2018
Horário: 14 horas
Local: Rua Líbero Badaró nº 504, 18º andar sala 182– Edifício Martinelli
1) Aprovação da Ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação-6ª Gestão realizada em 22/2/2018.
Deliberação: A ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes nesta reunião.
2) Solicitação de Voto CECMH Nº16/2018- Minuta de Resolução da Prestação de Contas do FMH referente ao 2º semestre de 2017.
Deliberação: Após a apresentação feita pela COHAB-SP sobre os principais aspectos da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Habitação do 2º semestre de 2017, e que será disponibilizada na página do CMH no site da Secretaria Municipal de Habitação, o relatório contendo o parecer técnico referente às contas do Fundo Municipal de Habitação no período de 01/7/2017 a 31/12/2017 produzido pela SEHAB, foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes na reunião. Esse relatório será consubstanciado em Resolução específica e publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.
3) Solicitação de Voto CECMH Nº17/2018- Ad referendum da Comissão Executiva do CMH na Resolução CMH nº98 de 13 de Março de 2018-Programa Casa da Família Carta de Crédito Municipal.
Deliberação: O Sr. Reinaldo Iapequino, Assessor da COHAB-SP, faz a apresentação da Resolução CMH nº98 aprovada pelo Presidente do Conselho Municipal de Habitação por competência a ele delegada no Regimento Interno do CMH, normatizado através da Resolução CMH nº01 de 20 de outubro de 2003, especificamente com base no artigo 6º Inciso VII, e que teve sua publicação às fls. 5152 do Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 14 de março de 2018. São explanados os motivos que levaram à elaboração da mesma, que vem substituir a Resolução CMH nº02/2003- Programa Carta de Crédito Municipal em razão de sua obsolescência e ineficácia, e pretende vir de encontro à necessidade de ampliar alternativas para acesso à casa própria pela população menos favorecida, bem como aos servidores públicos municipais ativos e inativos da administração direta, fundacional e autárquica como previsto na Lei Municipal nº16.735 de 01/11/2017. Após a exposição, os Conselheiros presentes à reunião referendaram por unanimidade a publicação da mesma e solicitaram que na próxima reunião do Conselho Pleno, a ser realizada em 24 de maio de 2018, essa Resolução seja incluída na pauta e apresentada para um maior debate sobre a forma de operacionalização do processo de concessão dessa alternativa de crédito para aquisição da casa própria pela população com renda familiar de até 6 (seis) salários mínimos.
4) Solicitação de Voto CECMH Nº18/2018- Ad referendum da Comissão Executiva do CMH para os pedidos formulados pelo Conselheiro Fernando Cera, representante suplente da CEF no CMH de suspensão por mais 180

deliberação de Voto CECMH Nº19/2018- Pedido de suplementação de recursos no convênio nº26/2013 no valor de R\$1.092.980,61 (hum milhão, noventa e dois mil, novecentos e oitenta reais e sessenta e hum centavos) para obras de recuperação e finalização do empreendimento Novo Horizonte feito pelo Conselheiro Fernando Cera, representante suplente da CEF no CMH.
Deliberação: Feita a defesa do voto pelo Conselheiro Fernando Cera, foi solicitado à COHAB-SP que se manifestasse sobre o pedido de aporte de recursos suplementares e a Sra. Juliana Jacometto Marchi, Diretora Técnica, manifestou-se favoravelmente quanto aos aspectos técnicos do pedido realizado, informando que ainda resta a análise da área financeira. Os Conselheiros decidiram por unanimidade em aprovar o aporte dos recursos solicitados, condicionando sua liberação à análise financeira a ser realizada pelo operador do FMH, e à disponibilidade de recursos daquele Fundo. Essa decisão será consubstanciada em Resolução específica e publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.
6) Solicitação de Voto CECMH Nº20/2018- Proposta feita pelo Conselheiro representante da Caixa Econômica Federal no CMH, Sr. Fernando Cera, para a utilização dos rendimentos dos aportes dos Convênios nº 26/2013 e nº27/2013, assinados entre a CEF e a COHAB-SP, nos empreendimentos Novo Horizonte e Conquista do Programa Crédito Solidário- CEF/COOPAMARE.
Deliberação: A solicitação da CEF foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes nesta reunião. Essa decisão será consubstanciada em Resolução específica e publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.
7) Solicitação de Voto CECMH Nº21/2018- Solicitação de prorrogação do prazo do convênio nº 034/2015 assinado entre a CEF e a COHAB-SP, para o repasse de recursos do FMH no empreendimento Residencial São Francisco Lageado em mais 180 dias a partir de 17/5/2018.
Deliberação: A solicitação da CEF foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes nesta reunião. Essa decisão será consubstanciada em Resolução específica e publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO
PROCESSO SEI 6014.2018/0000389-0
Despacho Deferido
Interessados: SEHAB, CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA
DESPACHO: Retifico o Despacho exarado em 23/04/2018, publicado no Diário Oficial do dia 24/04/2018 página 20 para fazer constar o valor autorizado de R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais) e não como constou.
Providências Posteriores:
 I- Público-se
 II- Encaminhe-se à Secretaria Municipal da Fazenda para providências posteriores.
Fernando Chucré
 Secretário Municipal de Habitação
 Presidente do Conselho Gestor do FMSAI

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
GABINETE DO SUPERINTENDENTE
CONTABILIDADE
RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO
 Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73 5º Andar de 2 º a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	N.E
BAXTER HOSPITALAR LTDA	6210.2016/0002357-4 – PREGÃO 409/17	1385
GUARULTELA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	6210.2017/0004395-0 – PREGÃO 098/18	1272
DAVOP COMERCIAL LTDA	6210.2017/0004395-0 – PREGÃO 098/18	1267
ATLANTIS COM DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP	6210.2018/0000805-6 – DISPENSA	1278
MENTOS LTDA EPP	6210.2018/0000952-4 – ATA DE RP	1177
LIBEMA PRODS HOSPS LTDA EPP	6210.2018/0000949-4 – ATA DE RP	1178
BIO IMPLANTES PRODS MEDICO HOSPS LTDA EPP	6210.2017/0003706-2 – PREGÃO 085/18	1199

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO
SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS
 Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Gestão de Contratos, na Rua: Castro Alves, 63/73, 6º andar, de 2 º a 6ª feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionadas

EMPRESA	PROC/MOD.	N.E
CONGR DAS IRMÃS HOSP DO SAGRADO CORAÇÃO	6210.2017/0005070-0 – PREGÃO 080/12	1384
P.H.O PRODS HOSPS ODONTOLOGICOS LTDA	6210.2017/0004014-4 – PREGÃO 116/18	1218
MICROSUTURE IND COM MIP EXP REPR	6210.2017/0003706-2 – PREGÃO 085/18	1199
MAT CIR LTDA ME	6210.2017/0003987-2 – PREGÃO 091/18	1277

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO
SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS
 Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Gestão de Contratos, na Rua: Castro Alves, 63/73, 6º andar, de 2 º a 6ª feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionada, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes.

EMPRESA	PROC/MOD.	N.E
INSTITUTO NACIONAL DE ANALISES E PESQUISAS LTDA	6210.2017/0004753-0 – PREGÃO 068/15	1386

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO
 Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil